

Privação Social e Pobreza na Cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul: Análise a partir das Periferias Populares de Alta Privação Social

Social Deprivation and Poverty in the City of Santa Maria, Rio Grande do Sul: Analysis from Popular Peripheries of High Social Deprivation

Pedro Leonardo Cezar Spodel 
Rivaldo Mauro de Faria 

Palavras-chave

Desigualdades socioespaciais
Geografia Urbana
Rugosidades

Resumo

A Geografia urbana, ao longo do último século, utilizou diversos conceitos para estudar a pobreza urbana, como a segregação, a exclusão, a marginalidade e, mais recentemente, a vulnerabilidade social. No entanto, muito pouco se produziu, na Geografia brasileira, a respeito da privação social como um conceito para se analisar a pobreza e, em especial, a pobreza urbana. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar e discutir fragmentos de pobreza urbana presentes na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, denominados periferias populares de alta privação social. Os procedimentos metodológicos foram operacionalizados a partir de dados secundários e primários, organizados e cartografados em Sistema de Informação Geográfica. Os dados secundários foram obtidos nas secretarias municipais de Desenvolvimento Social e Habitação e Regularização Fundiária, além do Instituto de Planejamento de Santa Maria. Também foram utilizados dados do Índice de Privação Social construído a partir de dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão público que fornece dados e diferentes informações sobre o Brasil. Os dados primários foram levantados em 19 trabalhos de campo, ocorridos entre os anos de 2020 e 2024, em todos os bairros urbanos da cidade. Foram definidos sete fragmentos de pobreza no território urbano de Santa Maria, denominados periferias populares de alta privação social. As periferias de alta privação social revelam territorialmente a pobreza urbana na cidade, através da limitação ou completa ausência de recursos e estruturas necessárias ao desenvolvimento social. A pobreza, portanto, é produzida pelas múltiplas privações, expressas territorialmente a partir das periferias populares de alta privação social.

Keywords

Socio-spatial inequalities
Urban Geography
Roughnesses

Abstract

Urban Geography has utilized various concepts over the last century to study urban poverty, such as segregation, exclusion, marginality, and more recently, social vulnerability. However, very little has been produced in Brazilian Geography regarding social deprivation as a concept for analyzing poverty, especially urban poverty. In this sense, the objective of this article is to present and discuss fragments of urban poverty present in the city of Santa Maria, in the state of Rio Grande do Sul, referred to as popular peripheries of high social deprivation. The methodological procedures were operationalized using secondary and primary data, organized and mapped in a Geographic Information System. Secondary data were obtained from the municipal departments of Social Development and Housing and Land Regularization, as well as the Planning Institute of Santa Maria. Data from the Social Deprivation Index were also used, constructed from the 2010 Census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Primary data were collected through 19 fieldwork sessions conducted between 2020 and 2024 across all urban neighborhoods of the city. Seven fragments of poverty in the urban territory of Santa Maria were defined, referred to as popular peripheries of high social deprivation. These high social deprivation peripheries territorially reveal urban poverty in the city through the limitation or complete absence of resources and structures necessary for social development. Poverty, therefore, is derived from multiple deprivations, at different levels, expressed territorially for Santa Maria through the popular peripheries of high social deprivation.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte dos resultados apresentados em Tese de doutoramento que buscou evidenciar as possibilidades teórico-conceituais de utilização da privação social como conceito de análise da pobreza urbana. A aplicação do conceito deu-se na área urbana de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (RS), cidade média que vem sendo objeto de estudos dos autores nos últimos seis anos (Faria *et al.*, 2019; Spode, 2020; Spode; Faria, 2023; Spode, 2024).

A perspectiva de privação social adotada neste estudo está ligada ao que denominamos como segundo grupo de trabalho da privação social (Spode, 2024), cujo mote teórico e metodológico se relaciona à leitura da pobreza a partir de análise das condições sociais dos grupos em áreas determinadas. Nesta perspectiva, a privação social é operacionalizada através da noção integrada entre as dimensões material e imaterial ou subjetiva da escassez, aspectos indissociáveis e que definem uma situação concreta de pobreza. O principal autor nesse segmento é Peter Townsend (1928-2009), Sociólogo Britânico, responsável pela formulação de uma extensa obra teórica e metodológica para a identificação da pobreza a partir da noção de privação social. O autor, ao longo de décadas, dedicou-se ao estudo da economia da pobreza em diferentes instituições na Grã-Bretanha, tendo formulado índices de privação para medir as condições sociais em bairros, cidades e países, contribuindo na formulação de políticas públicas.

A privação, na leitura de Townsend, está associada à ausência de recursos, estruturas e direitos amplamente acessados pelos grupos, nos diferentes contextos, e que são fundamentais para o desenvolvimento social. O autor define a privação social como um estado de desvantagem observável e demonstrável em relação à comunidade local, sociedade ou nação, à qual um indivíduo, família ou grupo pertence (Townsend, 1987).

Isso nos permite apreender que a privação social é uma situação geograficamente relativa, uma vez que os recursos e as necessidades estão condicionados aos diferentes tempos/espaços em que ocorrem (Faria, 2017; Spode, 2024). Por essa razão, dentre uma série de abordagens utilizadas tradicionalmente pela Geografia urbana brasileira, a privação social, da maneira que foi operada nesta pesquisa, aparece como conceito original na leitura da pobreza nas cidades.

A pobreza, argumenta Santos (2009), somente pode ser definida em relação às diferentes realidades territoriais, uma vez que os recursos postos à disposição do homem, em termos de sua posição na escala social, mudam com o tempo e o lugar. A condição de pobreza é derivada das múltiplas privações que se manifestam nos diferentes contextos territoriais, como os tipos de dieta, vestuários, condições de moradia, educação, entre muitas outras. Trata-se do que Townsend (1979) coloca como condições que estão no cotidiano da maioria das pessoas, ou pelo menos amplamente incentivadas ou aprovadas nas sociedades em que estão inseridos os grupos.

Estas condições são também limiares inequívocos da privação, cujas ausências impõem aos grupos condições sociais abaixo dos padrões de vida socialmente e institucionalmente aceitos no contexto territorial avaliado (Townsend, 1979). Nesse sentido, a privação resulta do processo histórico e do movimento da totalidade do mundo na realidade presente, porém, só pode ser compreendida como manifestação da vida social se dando em cada lugar. Por isso, um projeto de avaliação da privação social só é possível pela observação sistemática dos processos no território onde a vida acontece. Daí nosso esforço de teorizar e compreender a privação na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é analisar a privação social nesse território urbano e identificar o que denominados de periferias populares de alta privação social.

METODOLOGIA

A definição das áreas de pobreza em Santa Maria derivou de conhecimento acumulado acerca da realidade socioespacial da cidade, que culminou na cartografia das periferias populares de alta privação. Para isso, foram utilizados dados secundários obtidos nas secretarias de Desenvolvimento Social e Habitação e Regularização Fundiária, além da Autarquia Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN), organizações vinculadas à Prefeitura Municipal. Estes dados se referem aos registros do CadÚnico, referentes a janeiro de 2022, à listagem das áreas de ocupação irregular, em regularização e regularizadas, como também os *shapefiles* dos bairros e loteamentos urbanos. O CadÚnico é talvez a mais ampla e atualizada base de dados sobre as populações em situações precárias de renda e moradia no Brasil, sendo útil na avaliação da

pobreza urbana. A opção por essa base se deu também porque os dados socioeconômicos para o universo dos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 ainda não foram disponibilizados.

Os dados do CadÚnico somaram 29.092 famílias cadastradas em Santa Maria, contabilizando 65.715 pessoas, na área urbana e nos Distritos rurais do município. Nessa base foram levantadas as seguintes informações: (i) localização dos usuários; (ii) número de pessoas por família e (iii) renda familiar. Os dados brutos foram organizados e inseridos em Sistema de Informação Geográfica, no *software* Qgis, onde foi realizada a geolocalização das famílias. Esse processo foi realizado no complemento “MMQGIS”, que tem como objetivo transformar endereços em coordenadas (Rizzatti *et al.*, 2020).

Uma vez geolocalizados, iniciou-se um processo de conferência manual e individualizada de cada caso, ocorrido no período entre outubro 2022 e o final de janeiro de 2023, dividido em três etapas, correspondentes a três *shapefiles* que somavam aproximadamente 10 mil famílias cada. Este processo foi importante no sentido de garantir a precisão na localização dos endereços e, assim, evitar equívocos em relação às ruas e bairros urbanos da cidade. Por fim, os dados do CadÚnico foram espacializados e quantificados em relação aos bairros urbanos, setores censitários, ocupações irregulares e Distritos rurais.

Também foram utilizados dados de Índice de Privação Social (IPS) da área urbana de Santa Maria, construído a partir de variáveis do Censo do IBGE do ano de 2010, à escala dos setores censitários, apresentado em Dissertação de Mestrado (Spode, 2020). Utilizou-se 5 (cinco) variáveis do IBGE (2010), combinadas estatisticamente em indicadores sociais, que contemplaram as dimensões da (i) educação, (ii) renda, e (iii) domicílio-saneamento. Foram elencados dois critérios para a seleção das variáveis que compõem o IPS: (i) o primeiro é estatístico, ligado ao tamanho da amostra, uma vez que variáveis com reduzido número de dados implicaria em espacialização equivocada das condições socioespaciais da cidade; (ii) o segundo critério foi baseado na realidade documentada científicamente sobre a realidade urbana do município, seja através da avaliação da segregação socioespacial (Rocha, 2011), da exclusão (Prado, 2010), ou ainda, na análise da

vulnerabilidade associada às áreas de risco socioambiental (Trentin *et al.*, 2019).

Os 5 indicadores sociais foram construídos a partir da relação simples e bruta entre numerador e denominador, expresso em percentagem. Posteriormente, os indicadores foram padronizados e ponderados através do Método de Análise Hierárquica, conforme orientação de Saaty (1987). Os procedimentos metodológicos para a construção do IPS foram baseados num modelo de avaliação multicritério, com todas as fases operacionalizadas descritas com maiores detalhamentos em Spode (2020).

Foi realizado um levantamento bibliográfico do conceito de privação social, dentro do espectro das ciências sociais, a partir de *websites* de periódicos nacionais e internacionais, do Google Acadêmico, além do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. Este levantamento levou a sistematização de dois quadros listando os estudos que se utilizaram do conceito de privação social no âmbito das diferentes ciências sociais, entre o período de 1949 e 2021, somando 70 trabalhos. No segundo quadro foram sistematizados apenas os estudos que se utilizaram da privação social no campo da Geografia, contabilizando-se 52 trabalhos, entre os anos de 1971 e 2023. Este levantamento bibliográfico, classificado por ano, país e autores, está apresentado em Spode (2024).

Os dados primários foram levantados em 19 trabalhos de campo, realizados em todos os bairros da cidade, entre os anos de 2020 e 2024, operacionalizados a partir de observação sistemática da paisagem, registros em diário de campo e levantamento fotográfico. Foi utilizada a metodologia empregada por Faria (2012), adaptada e rearranjada para o território de Santa Maria.

Nesse sentido, 3 (três) conjuntos de abordagens, adaptados do estudo de Faria (2012), foram considerados: (i) divisão territorial do trabalho, (ii) espaços da rapidez e da lentidão e, (iii) a dimensão espacial do cotidiano (espaço banal) e a corporização do território. A partir destes três conjuntos de abordagens derivam cinco critérios que embasam e são operacionalizados como guia para a observação e o levantamento de dados em campo. O Quadro 1 apresenta o guia de observação, contendo os critérios para registro em diário de campo, definidos e elaborados a partir da metodologia desenvolvida por Faria (2012).

Quadro 1 – Guia de critérios utilizados para observação sistemática nos trabalhos de campo

Modos de usos do território	Descrição
I) Usos do solo predominantes	Aspectos mais relevantes a respeito dos usos residencial, industrial, comercial e de serviços, os institucionais e os usos múltiplos. Segundo Faria (2012, p. 315), nesta categoria, “é importante destacar também a densidade populacional e habitacional de cada área e pontos de observação respectivamente.”
II) Condições de moradia	Descrição dos modos de ocupação residencial. Torna-se importante identificar o caráter precário ou não das moradias, assim como a homogeneidade espacial dos modos de habitação (Faria, 2012).
III) Condições socioambientais	Descrição sobre as condições ambientais gerais: arborização, lixo, ruído, presença de alagamentos, proximidade de rios e encostas, sistema de esgoto, abastecimento de água. É importante a associação entre as condições físico-ambientais e a moradia, tendo em vista que nem sempre a ocupação de morros ou encostas, por exemplo, será feito por população de baixa renda. “O que determina os modos e lugares de ocupação é a dinâmica própria da reprodução das relações capitalistas de produção do território urbano. Ressalte-se que as condições ambientais são antes condições sociais, deve-se buscar essa associação” (Faria, 2012, p. 316).
IV) Condições de infraestrutura	Condições de equipamentos urbanos como ruas (pavimentação ou sem pavimentação), presença de equipamentos públicos, como escolas, praças e áreas verdes, serviços de saúde. Ainda a presença de equipamentos de transporte como estações, aeroportos, locais de passageiros e cargas, etc.
V) Rapidez e lentidão	“É importante observar a capacidade que cada ponto tem de acolher esses vetores, embora essa não seja uma tarefa fácil” (Faria, 2012, p. 317). Os espaços da rapidez, como coloca Santos (2006), se caracterizam por ser centros de comando, portanto, ocupam lugar de destaque na divisão territorial do trabalho. Ou seja, os espaços da rapidez são reproduzidos, na maioria das vezes, através das ações das verticalidades, cujas atividades são determinadas de maneira externa, de fora e de longe (Santos, 2006). Os espaços da lentidão, por sua vez, abrigam logicas ligadas as horizontalidades, as quais, são determinadas pelas relações de contiguidade. Nos espaços lentos a técnica e a ciência são menos concentradas do que nos espaços da rapidez. Associa-se a isso os homens lentos de Milton Santos, que são os homens pobres da cidade.

Fonte: Os autores (2024).

Como instrumentos para a coleta dos dados em trabalhos de campo foram utilizados diário de campo, máquina fotográfica Sony Nex C3, aparelhos de GPS *Garmin Etrexx*, mapa do IPS da área urbana de Santa Maria, imagens de satélite, mapa dos bairros, vilas e ocupações irregulares. Para todos os trabalhos de campo foram construídos planejamentos prévios, no qual elaborou-se o roteiro, com a seleção dos bairros e vilas percorridos, bem como os pontos de parada. Em síntese, foram elaborados um planejamento de campo geral, para todas as incursões de campo previstas para a pesquisa, como também, planejamentos individuais, referentes a todos os trabalhos de campo realizados.

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DE SANTA MARIA, RS

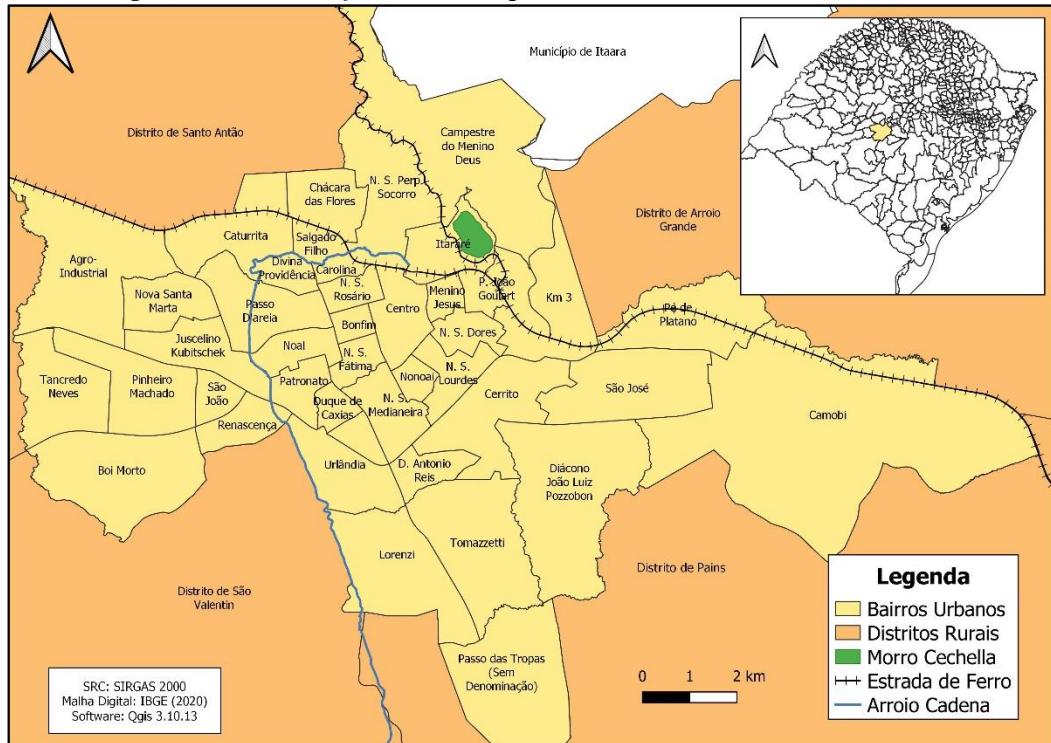
O município de Santa Maria tem importância econômica no estado do RS, ocupando o 5º lugar em termos de população, exercendo papel de influência nos municípios da porção central e oeste do estado. É considerada uma cidade média, tanto pelo seu tamanho populacional, 271.735 habitantes (IBGE, 2022), quanto pelo papel de centralidade exercido em sua região de influência, com seu meio técnico atuando como elo de conexão entre as cidades maiores e menores (Sposito, 2007).

A população de Santa Maria está distribuída em 42 bairros urbanos e 10 distritos, incluindo o distrito sede (Santa Maria, 2018), estando

concentrada, majoritariamente, na área urbana do município (95%), com uma média de 2,53 moradores por residência (IBGE, 2022). Os

bairros urbanos mais populosos são Camobi, na porção leste, e o bairro Centro, na região central (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município e área urbana de Santa Maria, RS



Fonte: IBGE (2020), IPLAN (2020). Elaborado pelos autores (2022).

Nestes bairros se concentram as maiores densidades técnicas, informacionais e de fluxos de pessoas, sendo que em Camobi estão localizados o campus principal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Base Aérea Militar e o Aeroporto Civil, estruturas que comandam um alto contingente de pessoas e capital. Outros bairros populosos são o Juscelino Kubitschek, Nova Santa Marta, Tancredo Neves e Pinheiro Machado, todos localizados na porção oeste, em áreas de periferias pobres, onde há escassez ou ausência de infraestruturas.

O município é considerado um polo de referência na área educacional e médico-hospitalar, além de ampla estrutura militar, com 22 unidades do Exército, incluindo a Base Aérea, sendo o segundo maior contingente militar do Brasil (Rio Grande do Sul, 2021).

A exemplo do que ocorre na maioria das cidades do país, em Santa Maria a distribuição do meio técnico se processa desigualmente, estando a maioria da infraestrutura urbana e serviços concentrados em determinados pontos do território, isto é, Camobi e nos bairros da parte central. Por outro lado, os bairros localizados nas periferias mais remotas do território, em áreas menos valorizadas economicamente, a disponibilidade de

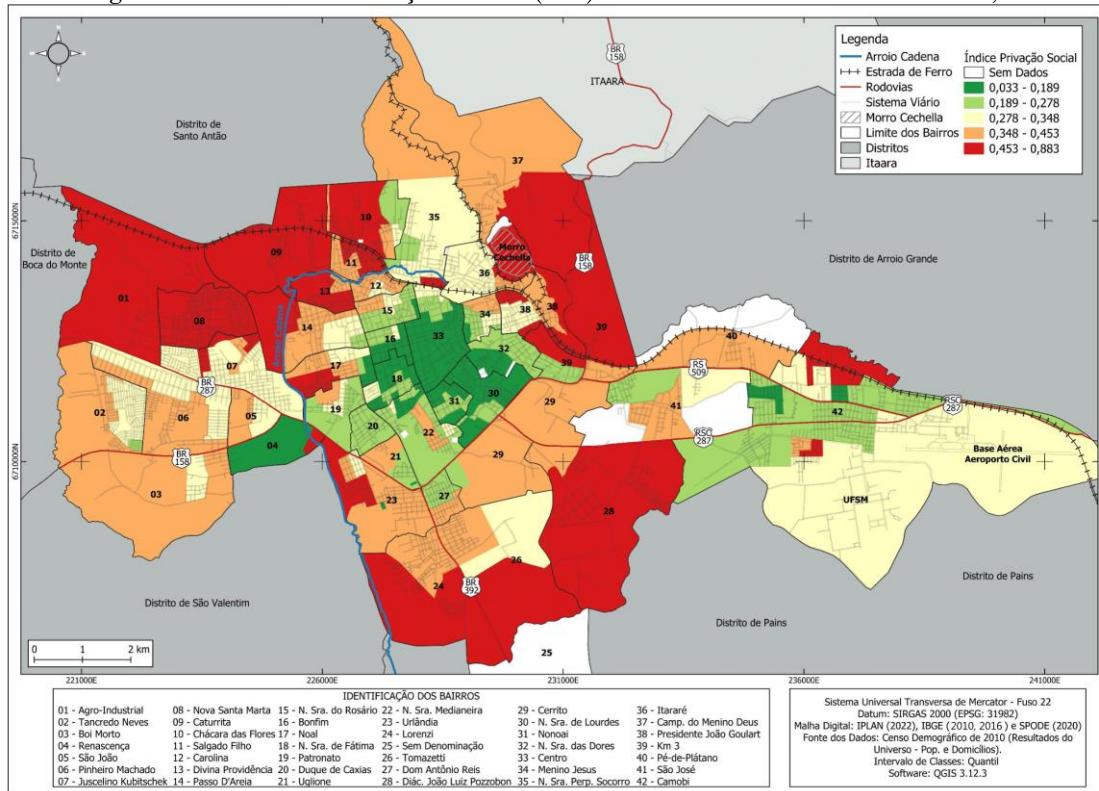
infraestruturas e serviços é limitada, com grande parte dos habitantes destas áreas convivendo com situações de privação de diferentes ordens.

Cabe destacar sobre a produção social da distância, uma vez que o conceito de periferia vai muito além da distância geométrica, mas nas densidades técnicas instaladas nessas localidades. O bairro Camobi, por exemplo, embora esteja localizado na periferia leste de Santa Maria, conta com uma série de estruturas territoriais ou formas que atribuem ao território conteúdos distintos daqueles produzidos nas periferias à norte ou oeste da área urbana.

LEITURA A PARTIR DO ÍNDICE DE PRIVAÇÃO SOCIAL (IPS)

O IPS forneceu a identificação territorial da privação social urbana em Santa Maria (Figura 2). É possível identificar três grandes porções de privação considerada muito alta (valores entre 0,453 e 0,883), especialmente nas áreas periféricas da cidade, embora não exclusivamente nelas.

Figura 2 – Índice de Privação Social (IPS) da área urbana de Santa Maria, RS



Fonte: Os autores (2020). Adaptado de Spode (2020).

Estas áreas estão associadas à determinadas estruturas presentes no território, especialmente a estrada de ferro e as estruturas ferroviárias, os rios urbanos, sobretudo o Arroio Cadena (que é o principal rio urbano), e às áreas de morros à norte, sobretudo chamado Morro Cechella (Figura 2). Tais manchas de alta privação social contrastam com as áreas de baixa privação social, em verde no mapa (Figura 2), em desenho territorial que se concentra nos bairros da região central, na periferia imediatamente ligada ao centro, estendendo-se para leste, nos bairros São José e Camobi. Tal padrão espacial da alta renda e infraestruturas se relaciona com os bairros onde as técnicas e o capital estão mais difundidos em Santa Maria.

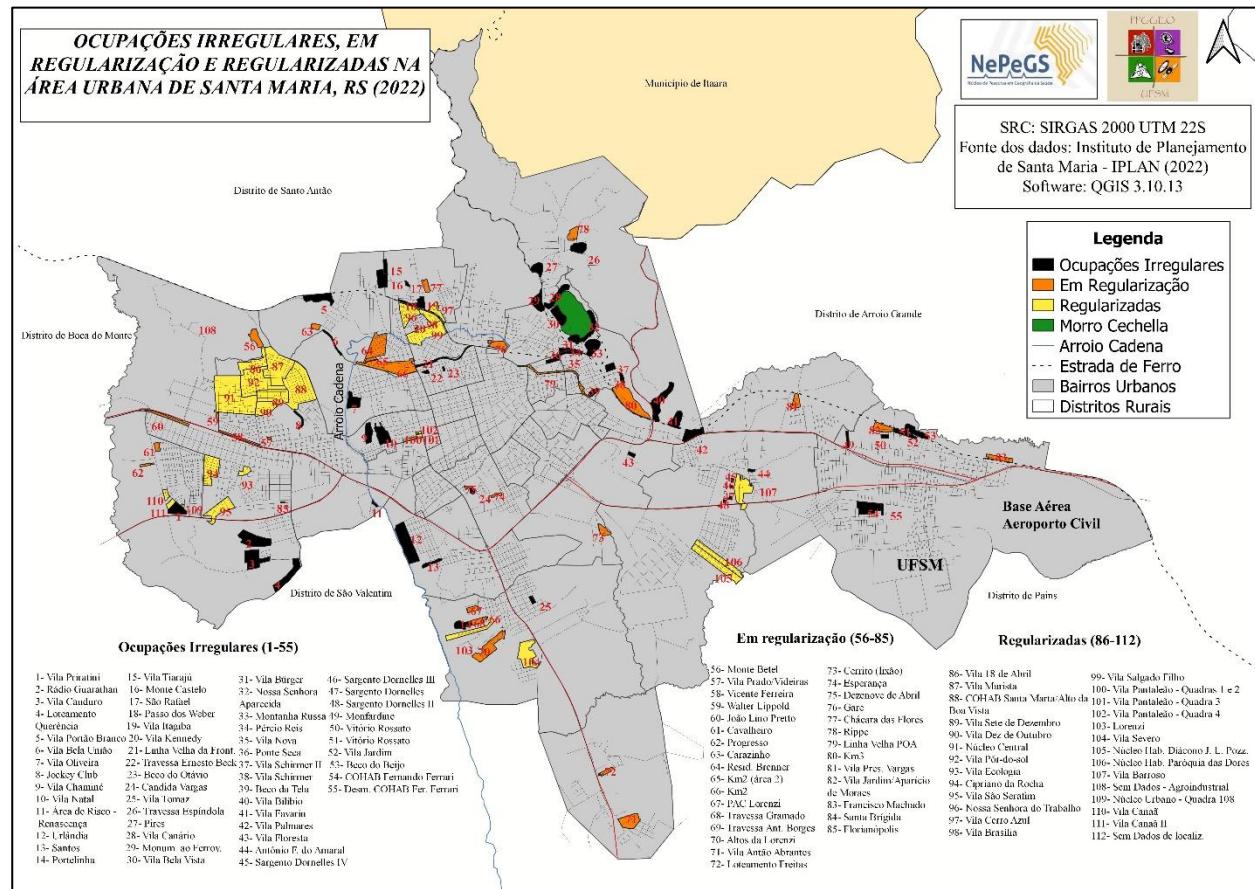
As áreas que margeiam a estrada de ferro, desde a década de 1970, foram sendo ocupadas por ocupações irregulares (Figura 3), expandindo-se e formando diversas localidades que recobrem toda a extensão dos trilhos. As moradias se caracterizam, a maior parte, por loteamentos produzidos de maneira clandestina, especialmente com madeiras e outros materiais, que são improvisados na construção das residências. Alguns exemplos podem ser destacados, tais como as vilas localizadas próximo à antiga estação ferroviária do bairro Camobi, também no bairro Km 3, além das

localidades nos bairros Itararé, Presidente João Goulart e Salgado Filho.

A decadência do serviço ferroviário impactou a cidade de Santa Maria, alterando a dinâmica econômica e social dos bairros ferroviários, sobretudo na região norte da cidade. Em bairros como o Itararé e Salgado Filho, onde grande parte dos moradores estavam ligados à dinâmica da ferrovia, tornaram-se, ao longo das décadas, precários, com baixa disponibilidade de infraestruturas.

Esta dinâmica territorial da privação social urbana se repete para as demais estruturas identificadas, como as vilas localizadas nas vertentes do Morro Cechella, ou ainda nos rios e arroios urbanos, como o Cadena e o Cancela. Este quadro territorial de pobreza em Santa Maria é reflexo de um processo histórico que criou expressivas desigualdades urbanas, com áreas de extrema precariedade, em contraste às áreas de alta renda na cidade. Segundo os dados fornecidos pelo IPLAN (2022), são contabilizadas 34 áreas de ocupação irregular nas estruturas destacadas (Figura 3), revelando um quadro territorial que envolve a dimensão da moradia urbana, com todo o conjunto de privações que a ausência dela impõe aos grupos sociais.

Figura 3 – Áreas irregulares, em regularização e regularizadas na área urbana de Santa Maria, RS, em 2022

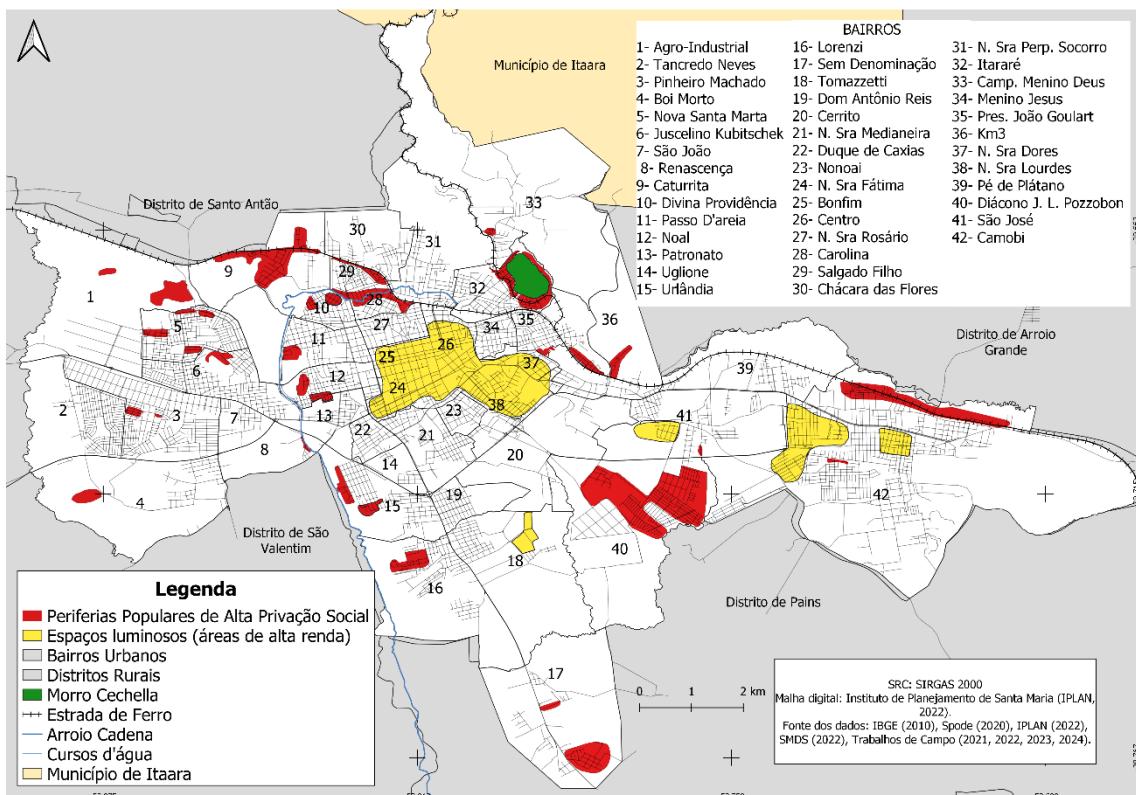


ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DAS PERIFERIAS POPULARES DE ALTA PRIVAÇÃO SOCIAL

O IPS demonstrou que a privação social está localizada nas periferias da cidade, com grande parte se constituindo de áreas de ocupação irregular, sobretudo sob determinadas rugosidades materializadas na paisagem urbana. Esta Geografia da privação, atualizada com dados do CadÚnico e observadas sistematicamente nos trabalhos de campo, ocorridos entre os anos de 2020 e 2024, propiciou o delineamento de frações do território urbano as quais denominamos periferias populares de alta privação social (Figura 4).

Estes sete fragmentos de pobreza estão expressos no território urbano de Santa Maria, de acordo com a seguinte organização: (i) Camobi; (ii) bairro Passo das Tropas (Sem Denominação); (iii) Diácono João Luiz Pozzobon; (iv) manchas de expressiva privação que perpassam os bairros Noal, Passo D'Areia e Divina Providência; (v) vetor sul do Arroio Cadena, áreas de elevada privação que atravessam bairros como Renascença, Urlândia e Lorenzi; (vi) manchas de privação social presentes na região norte e nordeste da área urbana, em bairros próximos da estrada de ferro, do Arroio Cadena e também do Morro Cechella; e, (vii), região oeste, incluindo porções dos bairros Nova Santa Marta, Juscelino Kubitschek, Pinheiro Machado, Boi Morto e Agro-Industrial.

Figura 4 - Periferias Populares de Alta Privação Social Urbana em Santa Maria, RS



Fonte: IBGE (2010), Spode (2020), IPLAN (2022) e SMDS (2022). Elaborado pelos autores (2024).

As periferias de alta privação social desempenham o papel de ponte entre a situação concreta de privação e a condição de pobreza urbana que dela deriva. As periferias populares de alta privação social decorrem de um esforço de abstração, cujo resultado foi registrado em cartografia de síntese da expressão territorial da pobreza, a partir da privação na área urbana de Santa Maria.

O mapa (Figura 4) revela que as manchas de alta privação social recobrem todas as periferias da cidade, concentradas, especialmente, nas estruturas territoriais mencionadas, como a estrada de ferro e os rios urbanos. No bairro Camobi, por exemplo, as áreas que concentram a elevada privação social estão à norte, em núcleos urbanos precários, localizados às margens da estrada de ferro e da antiga estação ferroviária e, também, nas áreas no entorno dos cursos d'água que recobrem o bairro. É valido ressaltar que Camobi se apresenta como um bairro com intensas desigualdades internas, com presença de localidades pobres, privadas em diferentes ordens, como também de periferias de elite (Corrêa, 1986), dotadas de infraestrutura urbana, sobretudo nas unidades residenciais localizadas na porção oeste. No Camobi estão presentes o campus da Universidade Federal (UFSM), a Base Aérea Militar e o Aeroporto Civil, estruturas que condicionam a dinâmica territorial de Santa Maria como um todo,

conforme mencionado anteriormente. Isso reflete em intensas transformações espaciais que se processam no bairro nas últimas décadas, especialmente a reprodução de edifícios de moradia e loteamentos, que valorizam a terra urbana e empurram os pobres para as áreas periféricas de alta privação. Estes processos foram avaliados e apresentados em Spode *et al.*, (2019).

Esta realidade territorial se reproduz por toda a área urbana da cidade, com as manchas de alta privação social se apresentando descontinuamente pelo território urbano. No entanto, a privação social se manifesta de diferentes maneiras pelos bairros de Santa Maria, muito embora, o resultado é sempre a condição de pobreza urbana em que os grupos estão inseridos.

Em toda a extensão do Arroio Cadena, de norte ao sul, são diversas as localidades que apresentam profundas privações, como ausência de saneamento básico e energia elétrica, com a maioria dos serviços operados a partir de ligações clandestinas. A grande parte das habitações, cabe destacar, são consideradas ilegais, estando em áreas de ocupação irregular (Figura 3), uma vez que as próprias condições físico-geográficas das várzeas do Arroio Cadena não permitem a habitação humana.

Nos bairros Noal, Passo D'Areia, Divina Providência, Renascença, Urlândia, as vilas

localizadas próximas do Arroio Cadena são as que apresentam as condições mais precárias, com situações múltiplas de privação. Há, inclusive, no bairro Noal, uma ocupação irregular às margens de um meandro abandonado do Arroio Cadena (Figura 4), um fragmento territorial gerado pela retilinização daquele rio nas décadas de 1960 e 1970. Neste fragmento foram contabilizadas 22 moradias

ocupadas por famílias em situação de extrema privação e pobreza, com problemas estruturais, como falta de energia elétrica, esgoto canalizado, iluminação pública, entre outros. As moradias são inadequadas quanto ao conforto térmico, segurança e a maioria dos recursos amplamente usufruídos pelos moradores dos bairros com infraestrutura disponível (Figura 5).

Figura 5 - Aspectos da área às margens de meandro do Arroio Cadena, vila Lídia, bairro Noal, Santa Maria, RS. Registros capturados em Trabalho de Campo (2023)



Fonte: Os autores (2024).

Legenda das imagens: a) Prolongamento de rua na área de ocupação irregular às margens do meandro abandonado do Arroio Cadena; b) Meandro abandonado, aos fundos das residências.

Esta é uma situação que se reproduz, em diferentes graus, em todas as periferias populares de alta privação social da cidade. É possível observar que quanto mais próximo das estruturas territoriais destacadas (rios urbanos, Morro Cechella) piores são as condições socioespaciais do território, em uma dialética que se produz nas contradições entre a forma natural e os grupos humanos. Trata-se de estruturas históricas e naturais que se combinam com a ação social presente, em uma dialética que reproduz, sistematicamente, a pobreza urbana na cidade de Santa Maria.

Nos bairros da região norte, as periferias de alta privação se materializam nas vilas localizadas nas proximidades das rugosidades ferroviárias, sejam os trilhos do trem, as estações abandonadas, os galpões de oficinas, indústrias, monumentos, entre outros. Estes testemunhos do passado ferroviário de Santa Maria, ou rugosidades na acepção de Santos

(2006), tornaram-se, em tempos atuais, local de moradia para os pobres urbanos da cidade, com diversas ocupações irregulares que se instalaram nestas áreas desde a década de 1970. Cabe ressaltar que ainda persistem essas rugosidades do passado ferroviário como moradia dos pobres em Santa Maria, uma vez que a moradia, ou a privação dela, enquanto dimensão fundamental para a vida no território, tornou-se um problema crônico no país.

Nesta região também estão presentes vilas precárias localizadas nas vertentes do Morro Cechella. Tal estrutura físico-geológica, onde existem remanescentes de Mata Atlântica, é uma área protegida por lei ambiental. Entretanto, isso não restringiu a ocupação desordenada do morro pela população privada de recursos. Um mosaico de fotografias dos núcleos urbanos localizados no Morro Cechella está apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Vilas localizadas nas imediações do Morro Cechella, região norte da área urbana de Santa Maria, RS. Registros capturados em Trabalho de Campo (2023)



Fonte: Diário de Santa Maria (2023). Elaborado pelos autores (2024).

Legenda das imagens: A) Rua que margeia o Morro Cechella, com presença de esgoto à céu aberto; B) Vertente do Morro Cechella em risco de desmoronamento; C) Autoconstrução na vertente do Morro Cechella; D) Habitações precárias na vertente leste do morro.

São inúmeras as privações destas localidades, passando pela precariedade da moradia, a ausência de saneamento básico, além do próprio risco de vida, uma vez que as habitações estão instaladas nas vertentes íngremes do morro, frequentemente associadas aos deslizamentos. Isso ocorreu, por exemplo, nas enchentes que assolaram o estado do RS em maio de 2024, resultando na morte de duas pessoas moradoras da vertente do Morro Cechella, soterradas durante deslizamento de terra.

Em suma, as periferias populares de alta privação social se apresentam como áreas em que as condições materiais e sociais estão ausentes ou disponíveis de maneira limitada no território. São desvantagens observadas na paisagem urbana e representadas pela limitação das possibilidades de alcance de um tipo de vida socialmente digna (Townsend, 1987).

Na realidade, a privação é o processo primeiro de produção da pobreza, uma vez que o acesso aos recursos, materiais e imateriais, é condição fundamental para o desenvolvimento social e adequado dos indivíduos e grupos. É a partir da privação social que se originam as vulnerabilidades que denotam os riscos, ou ainda, a diferenciação espacial das classes sociais no espaço, que impulsiona a expulsão dos pobres das áreas elitizadas das cidades. Isto é o

processo de privação do uso integral do território urbano, que produz o fenômeno da segregação espacial, das vulnerabilidades, da insegurança alimentar, entre outras abordagens extensivamente utilizadas na Geografia Urbana para avaliar a pobreza.

Cabe reiterar a definição de Townsend (1979), quando afirma que a privação é uma situação de desvantagem observável em relação à sociedade a qual o indivíduo ou o grupo pertence, portanto, relativa nos diferentes espaços/tempo avaliados. Desse modo, a privação social permite reconhecer a pobreza urbana em relação ao momento histórico do presente, sob prisma das limitadas condições de acesso das populações aos recursos considerados basilares na sociedade em que estão inseridas. A privação social, nesse sentido, avança na análise da pobreza, uma vez que realiza leitura do processo primeiramente escassez, da ausência produzida nos territórios que criam as segregações, vulnerabilidades, entre outras noções utilizadas para a leitura das condições sociais.

O uso limitado do território urbano, imposto pela privação social, produz situações territoriais em que os grupos sociais não acessam recursos e infraestruturas fundamentais para a reprodução adequada da vida. As periferias populares de alta privação

são situações territoriais marcadas por privações sistêmicas permanentes. Usualmente, são privações agravadas por eventos extremos (clima, doença, etc.) ou por intempéries políticas e econômicas (aumento do desemprego, redução do poder de compra dos salários, entre outros). Entretanto, sua existência só é compreensível pelo acúmulo histórico de diferentes e desiguais divisões territoriais do trabalho. A privação permite compreender a natureza da pobreza, não apenas seus processos consequentes.

As periferias populares de alta privação de Santa Maria são expressões empiricizadas da pobreza urbana, frações quase inabitáveis do território marcadas pela cidadania incompleta ou pela não cidadania (Santos, 1987). O desnudamento dessas privações é fundamental num momento em que se observam limitações de um projeto nacional de redução da pobreza e da fome, como também de projetos focalizados de acesso à moradia, saneamento básico, transporte, educação, saúde, entre outros. É preciso um projeto que avance as dimensões das necessidades (que devem ser imediatamente atendidas) para as alterações das estruturas sociais produtoras da privação e da pobreza no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um fenômeno dinâmico e relativo a cada sociedade (Santos, 2009), cuja constituição decorre das múltiplas privações que se reproduzem no território e impõem determinados grupos a uma situação de desvantagem (Townsend, 1979). Buscou-se expressar territorialmente a pobreza urbana a partir da leitura da privação social em Santa Maria, nos fragmentos que denominamos como periferias populares de alta privação social.

Se a privação é uma situação de desvantagem, como aponta Townsend (1979), ela é, portanto, assim como a pobreza, uma condição territorial, isto é, histórica, relativa em relação ao tempo e ao espaço. Não à toa que a privação social é também denominada como privação relativa, uma vez que as estruturas e os recursos, como também a forma de consumo dos atributos, são relativas nos diferentes lugares (tempo/espaço).

As sete periferias populares de alta privação social em Santa Maria foram cartografadas, sendo elas distribuídas em diferentes bairros e vilas da cidade, especialmente nas áreas periféricas, em termos geográficos e sociais. Tais periferias se localizam em fragmentos de pobreza que atravessam antigas áreas

ferroviárias, como também estruturas físicas-geológicas, tais como o Morro Cechella ou os rios urbanos, onde precariamente as populações instalam suas moradias.

Se por um lado, as manchas de pobreza se expressam nestes fragmentos denominados periferias populares, por outro, a alta renda, também se manifesta territorialmente na cidade. Os espaços luminosos na área urbana de Santa Maria estão concentrados na região central e bairros próximos do centro, onde as infraestruturas estão dispostas para a população local. Estes espaços luminosos se espalham descontinuamente pelos bairros próximos do centro para a direção leste, passando pelo bairro São José e Camobi, onde se localizam condomínios de alto padrão, bem como serviços de infraestruturas e serviços. Esta situação territorial de desigualdade que se manifesta no território urbano de Santa Maria foi cartografada no mapa das periferias populares de alta privação social (Figura 4).

A população residente nas periferias populares de alta privação, no contexto presente, apresentam acesso limitado à maioria das estruturas usufruídas habitualmente pelos habitantes dos demais bairros. Os pobres, habitantes das periferias populares, seja espontaneamente, ou de maneira organizada, utilizam-se de estratégias para dirimir as privações, e acessar, mesmo que precariamente, os recursos necessários à manutenção da vida. Há todo uma gama de coisas que ocorre nestas áreas pobres da cidade, cuja reprodução se manifesta na dimensão do informal, tendo o contato direto, característico dos circuitos inferiores da economia urbana (Santos, 2018), como aspecto principal.

A privação empurra populações inteiras para uma vida de escassez social e material, portanto, para uma condição de pobreza. Esta é uma primeira dimensão revelada através da constituição das periferias de alta privação social urbana em Santa Maria. Uma segunda dimensão, indissociável à primeira, é a perspectiva das resistências e solidariedades, que tornam as periferias essencialmente populares, como o próprio termo indica. Cabe ainda mencionar os trabalhos de Serpa (2009) e Dias (2017), cujas abordagens teóricas convergem com a perspectiva de análise dos territórios de resistência dos pobres nas periferias populares. Esta é uma agenda de pesquisas, baseada nos aspectos do cotidiano dos pobres, que a reflexão acerca das periferias populares de alta privação social suscita, especialmente a partir do conceito de lugar.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001- (Bolsa durante o período de doutoramento de Pedro Leonardo Cezar Spode - Processo nº 88887.636472/2021-000).

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Município de Desenvolvimento Social - Prefeitura Municipal de Santa Maria, Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária - Prefeitura Municipal de Santa Maria e Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN).

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, R. L. A periferia urbana. **Geosul**, v. 1, n. 2, p. 70-78, 1986.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Fortes chuvas colocam Defesa Civil de Santa Maria em alerta por causa de riscos de deslizamento e alagamento.** Por Eduarda Paz. 2023. Disponível em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/fortes_chuvas_colocam_defesa_civil_de_santa_maria_em_alerta_por_causa_de_riscos_de_deslizamento_e_a_lagamento_.523316. Acesso em: 07 fev. 2024.
- DIAS, C. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade:** relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador. 2017. 285f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- FARIA, R. M. **A territorialização da atenção primária à saúde no sistema único de saúde:** perspectiva de adequação aos perfis do território urbano de Pouso Alegre – MG. Tese de Doutorado (Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012. <https://doi.org/10.14393/Hygeia919501>
- FARIA R. M. Territórios da Privação Social nas cidades brasileiras: uma reflexão conceitual. In. **Cidades Interativas:** do contexto informacional as práticas socioespaciais integradas / Arlêude Bortoluzzi, Orlando L. Berenguel (orgs.). – São Paulo: Olho d’Água, 2017.
- FARIA, R. M.; SAVIAN, P. S.; VARGAS, D. Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 234-250, 2019.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do Censo Demográfico 2010:** resultados do universo por setor censitário. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal Digital da Divisão Político-Administrativa Brasileira.** Rio Grande do Sul, Municípios. Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=27413>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal Digital da Divisão Político-Administrativa Brasileira.** Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=30138>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/Rio Grande do Sul/Santa Maria.** População. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- IPLAN – Instituto de Planejamento de Santa Maria. Base vetorial georreferenciada de Santa Maria. **Prefeitura Municipal de Santa Maria.** Instituto de Planejamento de Santa Maria, 2020.
- IPLAN - Instituto de Planejamento de Santa Maria. **Base vetorial das ocupações irregulares, em regularização e regularizadas.** Prefeitura Municipal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.
- PRADO, T. C. S. **Formas atuais de exclusão residencial no espaço urbano de Santa Maria – RS:** uma análise dos condomínios horizontais fechados e das áreas ocupadas de forma irregular. 2010. 112 f. Monografia – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.
- RIO GRANDE DO SUL. **Governo do RS.** Governo e prefeitura de Santa Maria reforçam candidatura para receber escola militar. 2021. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/governo-e-prefeitura-de-santa-maria-reforcam-candidatura-para-receber-escola-militar>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- RIZZATTI, M.; BATISTA, N. L.; SPODE, P. L. C.; ERTHAL, D. B.; FARIA, R. M.; SCCOTTI, A. A. V.; PETSCH, C.; COSTA, I. T.; TRENTIN, R. Metodologia de geolocalização para mapeamento intraurbano de COVID-19 em Santa Maria, RS. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 3, p. 8–13, 2020. <https://doi.org/10.21166/metapre.v3i0.1260>.
- ROCHA, L. H. M. da, **Padrão locacional da estrutura social:** segregação residencial em

- Santa Maria - RS. 2011. Tese (Doutorado), Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- SANTA MARIA. Lei complementar nº 102, de 09 de novembro de 2015.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-complementar/2015/11/102/lei-complementar-n-102-2015-institui-alteracao-do-perimetro-urbano-na-regiao-administrativa-sul-nesta-cidade>. Acesso em: 06 set. 2024.
- SANTA MARIA. Lei Complementar nº 117, de 26 de julho de 2018.** Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria. 2018A. Disponível em: https://iplan.santamaria.rs.gov.br/lista_luos.php#:~:text=LE%20I%20COMPLEMENTAR%20No%20117,do%20Munic%C3%ADpio%20de%20Santa%20Maria.. Acesso em: 21 ago. 2024.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão** / Milton Santos. – São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 15 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. Pobreza urbana.** 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, M. O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Milton Santos; tradução Myrna T. Rego Viana. – 2. ed., 2. Reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 4 ed. 2. Reimpresso. Rio de Janeiro: Record, 2011. <https://doi.org/10.5654/actageo2011.0001.0011>
- SAATTY, T. L.** The Analytic Hierarchy Process: what it is and how it is used. **Mathematical Modelling**, v. 9, n. 3-5, p. 161-176, 1987. [https://doi.org/10.1016/0270-0255\(87\)90473-8](https://doi.org/10.1016/0270-0255(87)90473-8)
- SERPA, A.** Ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador. Relações entre cultura e política na articulação de novos conteúdos para a esfera pública urbana. **Cidades**, v.6, n. 9, 2009. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2009v6n9.12553>
- SMDS** - Secretaria de Município de Desenvolvimento Social. **Dados do CadÚnico de Santa Maria, por pessoas e famílias**. Disponibilizado por Secretaria de Município de Desenvolvimento Social – Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2022.
- SPODE, P. L. C. Pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul:** uma análise a partir dos usos do território.

175 f (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Santa Maria, 2020.

SPODE, P. L. C.; RIZZATTI, M.; ROCHA, L. H. M. da; FARIA, R. M.; COSTA, I. T. Pobreza e seletividade espacial no bairro universitário Camobi, Santa Maria, RS: uma análise a partir dos usos do território. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 23, p. e14, 2019. <https://doi.org/10.5902/2236499440108>

SPODE, P. L. C.; FARIA, R. M. Índice de Privação Social como instrumento pedagógico para o estudo da pobreza urbana em Santa Maria, RS. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 1-12, 2023. <https://doi.org/10.21166/metapre.v6i.3090>

SPODE, P. L. C. **Privação social como conceito de análise da pobreza urbana:** horizontes teórico-conceituais para a Geografia brasileira. Tese [doutorado], Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

SPOSITO, M. E. B. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TOWNSEND, P. Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living. University of California Press, 1979. <https://doi.org/10.1525/9780520825760>

TOWNSEND, P. Deprivation. Journal of social policy, v. 16, n. 2, p. 125-146, 1987. <https://doi.org/10.1017/S0047279400020341>.

TRENTIN, R.; ROBAINA, L. E. de S.; AVILA, L. de O. Proposal methodology for analysis of population vulnerability at hazard areas. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, feb. 2019. <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18004>.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Pedro Leonardo Cezar Spode: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise de dados, Recebimento de financiamento, Redação do manuscrito original, Redação - revisão e edição.

Rivaldo Faria: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise de dados, Supervisão, Redação - revisão e edição.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.